

Brossard analisa Lutfalla e pede a saída de Velloso 19 MAI

Em longo pronunciamento — 76 minutos — fartamente embasado em noticiário da imprensa, o senador Paulo Brossard (MDB-Rio Grande do Sul) deteve-se exclusivamente a analisar e criticar o escândalo Lutfalla para expressar que o presidente Geisel, na medida em que tolera a transação, não afastando o ministro Reis Velloso, se torna o maior responsável pelo que chamou de “grande negociata”.

Brossard observou que se o caso tivesse ocorrido antes de 64 “fender-se-fa a terra e desabaria o céu”, para indagar: “E agora?” E respondeu ele próprio: “Não duvidando, duvido que o Governo puno o responsável ou afaste do seu cargo, pois isso fica mal para o Governo. Não — completou — o que fica mal é o Governo manter em seu seio aquele que ensinou o enriquecimento ilícito da família Lutfalla”.

Paulo Brossard sustentou que o ministro Reis Velloso sobrepôs-se ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, determinando a concessão de recursos a uma empresa insolvente e com muitas e graves irregularidades, para acrescentar que “em outros tempos isso era crime comum ou crime de responsabilidade”. Daí entender que a Lutfalla só conseguiu do magro erário público tantos favores por ter usado do tráfico de influência política, através do Sr. Paulo Salim Maluf “genro do maior acionista do grupo e cunhado de um outro sócio”.

Brossard foi ouvido atentamente por 41 senadores, o dobro de deputados e grande número de assistência, acomodada nas bancadas laterais e galerias. Roberto Saturnino, o levador do assunto ao plenário do Senado era um dos ouvintes atentos, assim como o era o senador arenista Luiz Cavalcante, que, na distração da escuta, não dava sossego aos seus cabelos.

— Por que a Secretaria do Planejamento não teve o destemor de permitir que a Lutfalla recorresse à concordata? Isso não faz parte das regras do jogo econômico? Se uns são ingênuos, isso é constrangedor. Se outros não podem enfrentar a realidade do jogo econômico, isso é catastrófico. E entre o constran-

gimento e a catástrofe, Cr\$ 350 milhões de recursos do público foram malbaratados.

Paulo Brossard ainda opina que se ao cabo de liquidação que já demora e ainda vai demorar, os recursos públicos embolsados pela Lutfalla vieram a ser integralmente desembolsados, ainda assim, a sociedade sofreu um dano, e o país, um atraso no seu desenvolvimento, sem falar na lesão a quantos, ao tempo, deixaram de receber tratamento igual. Por tudo isso, Brossard estranha que somente agora o ministro Velloso faça rude acusação à empresa favorecida, por decisão sua, invocando, para puni-la, legislação revolucionária.

Por outro lado, expressou não deixar de ser uma boutade. Enquanto o ministro Velloso ameaça de confisco por enriquecimento ilícito, no foro paulista, a Fazenda estadual desiste de executivos fiscais que montam a Cr\$ 85 milhões de ICM não pagos pela Lutfalla. E comentou: “Vá alguém entender os refofos dessa administração”.

Brossard indagou:

— Se o Movimento de 64, que se apresentava como implacável adversário da subversão e da corrupção, se concilia com um caso Lutfalla e supõe que lava sua face, ameaçando com sanções infernais pessoas que não penetraram às escondidas no cofre do BNDE e nem ingressaram no Tesouro Nacional fantasiadas de guardas-mor, mas que, embora estelionatários de alto coturno — para repetir relatório do BNDE — contra e a despeito do parecer do Banco e de sua resistência, obtiveram as boas graças do ministro do Planejamento, que é o responsável pela ajuda dispensada. Como fica tudo isso?

Para completar:

“Agora a autoria dos escândalos é conhecida e confessada, mas nada acontece. Daí o desânimo que se segue aos grandes movimentos cívicos. Daí a desilusão, a desencra, o cansaço de tantas energias úteis. Daí as oscilações entre o ceticismo e a revolta, a revolta exacerbada e justa, mas impotente, e que termina por voltar à desencra, ao desânimo, ao ceticismo certa inutilidade do esforço”.